

3.16 Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter: gerenciamento de acervo como fundamento de desenvolvimento museológico

Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira

Graduanda; Universidade Federal de Pelotas;
gabrielaferreira.musa@gmail.com

Carlos Eduardo Ávila Bauer

Graduanda; Universidade Federal de Pelotas;
edubaueryeshua@gmail.com

Lisiane Gastal Pereira

Museóloga; Universidade Federal de Pelotas;
lisi.gastal@gmail.com

Resumo: Este artigo, baseado na experiência de um período de estágio curricular no Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, busca refletir acerca do desenvolvimento museológico da entidade considerando o gerenciamento de acervo como possibilidade condutora para o progresso contínuo dos processos comunicacionais do Museu. O trabalho pretende refletir e analisar a importância das políticas de acervo, que devem ser estabelecidas e utilizadas nos processos de tomada de decisão do museu e orientadas a partir do que se pretende como quadro futuro da instituição. Em termos gerais, o gerenciamento de acervos museológicos se trata de um conjunto de atividades realizadas pelo museu com o intuito de estabelecer critérios de controle das coleções de objetos tendo como base a missão institucional. Essa gestão dos acervos, que perpassa pelas atividades de preservar e documentar objetos, é essencial para que os museus continuem desenvolvendo sua capacidade comunicacional, indo de encontro com as necessidades da sociedade a qual pertence nos diferentes contextos. No caso da tipologia de ciências, como é o caso do Museu Carlos Ritter, o desenvolvimento museológico e social encontra ressonância na expectativa de tornar acessível o conhecimento científico.

Palavras-chave: Gestão de Acervos museológicos; Política de Acervos; Museus de Ciências.

Gerenciamento de acervos museológicos

A gestão de acervos é o processo que considera a organização, manutenção e a preservação de coleções de bens materiais como documentos, fotografias, livros, obras de arte, entre outros tipos de objetos. Esse processo, pode, portanto, ser realizado em diferentes contextos institucionais como bibliotecas, arquivos, galerias de arte e museus. Em termos gerais, a gestão de acervos estabelece critérios para

atividades como catalogação de itens individuais, gerenciamento da movimentação dos bens dentro e fora da instituição, ações de conservação preventiva, elaboração e execução das políticas de aquisição, de acesso e de segurança dos mesmos, entre outras ações.

No caso da gestão de acervos aplicada às instituições museológicas, temos a gestão de acervos museológicos, que é um conjunto de atividades realizadas por museus para garantir o controle das suas coleções de objetos, recipientes, documentos e outros itens relacionados à missão institucional. Essas ações têm como objetivo a preservação do acervo, tanto no seu aspecto físico, como também a informação associada ao objeto, e a extroversão das informações contidas nas coleções, através do desenvolvimento de processos comunicacionais constantes. Pois, como aponta Padilha (2014), quando se estabelece o controle integral do acervo museológico se incentiva os processos de produção e difusão do conhecimento.

Os museus, são instituições comprometidas com a preservação e a comunicação dos bens materiais considerados patrimônio, e para tanto se utilizam de meios para atingir esse determinado fim. Sendo assim, devem estabelecer critérios que irão permear as ações realizadas nesse espaço, que vão desde a seleção e aquisição do acervo, passando pelos processos de salvaguarda e culminando na comunicação para a sociedade em geral. Esses processos devem, portanto, ser orientados por documentos que se configuram em instrumentos gerenciais.

O documento que planeja e organiza a gestão de acervos nos museus é chamado de política de gestão de acervos e engloba de forma geral temas como a aquisição, a documentação, a conservação, o empréstimo e a alienação dos bens culturais musealizados, dentre outros, objetivando apresentar diretrizes de ação para a equipe do museu. O documento diferencia-se do plano museológico, configurando-se como um anexo desse. Apresenta rotinas e orientações, não diagnósticos, metas, planos e cronogramas, como o plano museológico (Augustin; Barbosa, 2018, p. 135).

A gestão de acervos museológicos também envolve a criação de programas educacionais para o público, a promoção da pesquisa acadêmica e a colaboração com outras instituições para ampliar o conhecimento sobre as coleções. Em resumo, a gestão de acervos museológicos é essencial para garantir a preservação e a acessibilidade das coleções museológicas para as gerações presentes e futuras.

As políticas podem ser muito mais abrangentes e englobar diversos tópicos, detalhando os temas mínimos esperados e acrescentando outros, como

missão e objetivo do museu, código de ética, inscrição, aquisição e incorporação, título de propriedade válido, proveniência e obrigação de diligência, materiais sensíveis e protegidos, avaliação e autenticação, abatimento e cedência, devolução e restituição, catalogação, numeração e identificação, inventário, empréstimos, relatório sobre o estado de conservação e glossário/padrões, documentação, preservação do acervo, armazenamento do acervo, manuseio e movimentação do acervo, fotografia, prevenção de acidentes, seguro, acessibilidade do acervo, segurança, exposições, controle do ambiente adequado, monitoramento do acervo em exposição, materiais de exposição apropriados, embalagem e transporte, investigação, recolha de campo, ambiente interno, eruditos e investigadores visitantes, análise destrutiva, coleta pessoal e utilização pessoal do acervo, conservação preventiva e conservação (Augustin, Barbosa, 2018, p. 136).

Em termos gerais, a gestão de acervos museológicos compreende os temas de aquisição, documentação, conservação, empréstimo e descarte de bens culturais, mas no entanto o assunto de gerenciamento de acervo não se restringe nestes temas. A abrangência do assunto requer diretrizes bem elaboradas e, sobretudo, descritas em um documento que possa ser acessado em diferentes tempos e que seja capaz de orientar os processos decisórios cotidianos que envolvem os acervos e práticas do museu. Neste sentido, destaca-se a utilidade de um instrumento específico que vise a organização e o gerenciamento do acervo salvaguardado pelo museu que elenque possibilidades e dialogue com os demais objetivos da entidade.

A Política de Gestão de Acervo é um documento extremamente fundamental, que assegura o que a administração de cada museu elege e formata. Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Esse documento objetiva identificar e selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu, tendo em vista a missão e os objetivos da instituição, a necessidade de investigação do acervo e os caminhos que devem ser tomados para a sua preservação (Padilha, 2014, p. 26).

Criar uma política de gestão de acervos requer pensar nos acervos dentro do contexto que o circunda, dentro das circunstâncias que este pode estar exposto. Dessa forma, analisar problemas que são intrínsecos a qualquer coleção, mas tendo em vista o conjunto de especificidades institucionais, como a tipologia do museu, o seu contexto sociocultural, os seus objetivos, visão e missão, entre outras observações, serão importantes para dar base a um documento norteador de tomadas de decisão.

O gerenciamento do acervo envolve tomar decisões e coordenar atividades para alcançar os objetivos, definindo prioridades, alocando recursos, acompanhando o processo e ajustando o curso de acordo com as necessidades e mudanças

ocasionadas pela particular dinâmica que caracteriza os museus. O gerenciamento de acervos é, portanto, um processo contínuo que visa maximizar a eficiência do projeto base do museu.

A tomada de decisão está presente em qualquer processo que envolva escolhas, critérios, prioridades e seleções. Apresenta-se, por exemplo, na determinação do que deve ou não ser adquirido pelo museu; no estabelecimento de quais informações devem ser registradas a respeito dos objetos e de quais critérios embasam esse registro, ou seja, como ele deve ser realizado; na determinação das medidas de conservação que devem ser tomadas para a preservação dos itens; na determinação de quais são os itens mais valiosos ao acervo; no estabelecimento de parâmetros que indiquem a necessidade de restauração dos itens e na indicação de como os objetos devem ser embalados e transportados no caso de empréstimos etc (Augustin; Barbosa, 2018, p.140).

Os museus, por serem instituições administrativas, necessitam que seus processos de tomada de decisão sejam orientados por meio de métodos racionais, quer dizer, que sejam coerentes com os objetivos do museu e que dialoguem com as necessidades do momento presente. A tomada de decisão envolve identificar o problema, elencar informações relevantes, analisar essas informações, identificar alternativas, avaliar as mesmas e escolher a melhor opção. Além disso, é importante considerar os possíveis riscos e as prováveis oportunidades de crescimento antes de decidir.

Sendo assim, as trocas de informações são uma forma relevante da equipe do museu reunir conteúdo para a formulação da política correta para o gerenciamento de acervos, visto que o processo colaborativo da equipe aumenta a possibilidade de um processo assertivo capaz de minimizar os riscos. Como coloca Edson (2004), uma forma de promover essas trocas é criar um comitê ou conselho consultivo do museu, que permita aos membros externos à diretoria discutirem os assuntos relacionados com as atividades operacionais com o intuito de expandir as convergências relacionadas ao planejamento da entidade.

O Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter

Os museus de ciências naturais são instituições que possuem um importante papel dentro da sociedade, pois contribuem com o conhecimento sociocultural, tendo em vista que são responsáveis pela guarda de acervos que tem “como principal função armazenar e preservar espécimes que representem a diversidade dos organismos,

tanto fósseis como atuais, fornecendo assim elementos para estudos taxonômicos, sistemáticos, ecológicos e biogeográficos” (Brandão et al, 2021, p. 03) Como todas as instituições que trabalham com acervos, os quais são detentores de um potencial de geração de saberes, os museus de ciências naturais precisam passar pelo processo de documentação, que pesquisa e registra as informações associadas aos itens das coleções e que estabelece critérios de uso para essas coleções. No entanto, muitas instituições passam por dificuldades dentro dessa tarefa documental, que compete ao gestor e a sua equipe, sendo necessário descobrir e solucionar este problema que permeia dentro de algumas instituições, como é o caso em particular do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (MCNCR), que estamos tratando neste artigo.

O MCNCR trata-se de um museu universitário, vinculado ao Instituto de Biologia (IB) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Trata-se do museu mais antigo da instituição, tendo sido inaugurado no ano de 1970. A coleção que deu origem ao museu pertenceu ao industrialista e naturalista autodidata Carlos Ritter e foi doada à então Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel no ano de seu falecimento, que ocorreu em 1926. Sendo assim, embora o museu tenha pouco mais de 50 anos, o seu acervo de origem está sob tutela da instituição há quase um século. Os problemas encontrados atualmente na instituição, relacionados à falta de documentação e informações sobre o acervo, são reflexo de anos de políticas inexistentes na área ou que foram descontinuadas pelas frequentes trocas de gestão e de funcionários.

A gestão dos acervos museológicos trata-se da base das ações realizadas pelas instituições relacionadas ao seu acervo. Se a documentação for falha ou inexistente, tornam-se inviáveis as ações de salvaguarda e comunicação, que são funções básicas dos museus. Um exemplo que este problema pode ocasionar, trata-se do quadro da sociedade excluída. Segundo Fleury (2009), a expressão mencionada acima “excluídos da cultura”, engloba a categoria a margem da cultura culta, incapazes de diversas formas de acessar essa cultura, não sendo considerados nem como público potencial. Ou seja, para democratizar o acesso às coleções, é importante que sejam criadas políticas voltadas aos diferentes públicos, o que só é possível a partir de uma boa e eficiente gestão de acervos.

O museu, como instituição, tem o papel de salvaguardar o acervo museológico no que tange todos os seus aspectos: físico, histórico, e todo o conhecimento agregado ao objeto. Neste sentido, cabe aos gestores rastrear os problemas relacionados à

gestão e encontrar meios de resolvê-los, implementado critérios que serão a base para uma política de gestão de acervos. É importante salientar que todos os documentos institucionais de gestão museológica estão conectados de alguma forma e, sendo assim, acarretam implicações e reflexos no todo. Ou seja, para obtermos plano museológico e política de acervo bem elaborados, por exemplo, precisamos primeiramente entender o significado e dimensionar os resultados deles na cadeia operacional museológica.

No que tange aos procedimentos da política de gestão de acervo, destaca-se a política de aquisição e descarte, ação que constrói critérios para determinar qual objeto deve ser incorporado ao acervo museológico e qual deve ser dado baixa da instituição. Para tais definições, é necessário o reconhecimento do objeto ou da coleção com a finalidade e a missão do museu que pretende incorporá-lo. Cabe ressaltar que o objeto ou a coleção não devem ter condições e nem restrições para sua utilização, pois, uma vez acervo museológico, seu acesso deve ser permitido ao público em geral (Padilha, 2014, p.27).

Nesse segmento entendemos que política de gestão de acervos aliada a documentação museológica é essencial, pontual e de grande importância para o desenvolvimento das ações no âmbito dos museus, pois através dessa prática é possível compreender e comunicar ao público visitante todo o potencial informacional do acervo. Além da pesquisa e documentação que propõe um apoio importante para a identificação do acervo e também traz consigo o conhecimento histórico que será comunicado ao visitante, a política de gestão de acervos é essencial para o desenvolvimento e elaboração de uma documentação referente a qualquer tipologia de acervo, seja natural, histórico ou artístico. Embora os acervos dos museus sejam muito diferentes uns dos outros quanto ao conteúdo, eles compartilham características semelhantes. Conforme pontua Ladkin (2015), às condições físicas em longo prazo, o cuidado das questões de preservação do uso da manutenção dos registros do acervo e se a missão e o objetivo do museu são por ele sustentáveis, se configuram em características comuns.

Como foi visto, o desenvolvimento de alguns documentos e estratégias são basilares para uma boa gestão de acervos museológicos, e boa parte desses documentos é inexistente ou estão muito ultrapassados no caso do MCNCR, o que revela a urgência no desenvolvimento de diretrizes de gestão de acervo que sejam eficazes e condizentes com a atual situação da instituição. Essas políticas devem ser redigidas com clareza, pois servirão como base para orientar tanto a equipe do museu

como também o público que faz uso do espaço. Através desses critérios é que as atividades básicas do museu, de salvaguarda e comunicação, serão desempenhadas. Um bom exemplo disso diz respeito à missão, que é inexistente no MCNCR e trata-se de um elemento que constitui a política do museu e que reverbera nas demais ações da instituição.

A declaração de missão é um documento básico para todos os museus como declaração do propósito, mas é necessário ir mais adiante considerando e definindo declarações da política operacional e da política ou planos de desenvolvimento a médio e longo prazo. As políticas definem a estrutura para alcançar as metas da instituição - a sua missão. A maior parte da política institucional pode ter sido formulada externamente, por exemplo, pela autoridade administrativa, como governo ou universidade no caso de museus do governo ou da universidade respectivamente (Edson, 2004, p. 151).

A criação e aprovação dessas diretrizes caracteriza-se como fundamental para que as ações desenvolvidas no MCNCR sejam desempenhadas sempre de acordo com os critérios estabelecidos, de maneira que as trocas de gestão e de equipe não interfiram nas políticas estabelecidas, tendo como prioridade sempre as funções básicas de salvaguarda e comunicação dos museus, sem deixar de atender também o tripé ensino, pesquisa e extensão - em razão de se tratar de um museu universitário.

Considerações finais sobre o desenvolvimento museológico no Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter

As instituições museológicas são organizações que têm como objetivo preservar, estudar, divulgar e expor objetos de valor cultural, artístico, histórico, científico e tecnológico para o público em geral. Essas instituições podem ser públicas ou privadas, e podem ter diferentes tipos de acervo, como coleções de arte, objetos arqueológicos, documentos históricos, entre outros. No entanto, para o funcionamento integral das coleções é preciso que a política de gestão de acervos seja coerente com os anseios descritos na missão da instituição. Os museus desempenham um papel importante na preservação da história e da cultura, além de serem um importante meio de acesso à informação e ao conhecimento para o público em geral, dado que apesar de permanentes a sua carga informacional se dá no presente e em contextos diferentes. Os museus devem com sua política de gerenciamento de museus

aproximar o público da entidade, bem como da compreensão do contexto histórico social que o permeia no presente, suscitando o senso crítico do visitante.

Institucionalmente, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter é um museu que aparece e desaparece no tempo em diferentes momentos. A que isso se deva provavelmente as especificidades de uma instituição museológica universitária, este é um dos motivos pelos quais se torna interessante que este seja autônomo e que crie documentos que atendam a perenidade do seu acervo, a despeito das descontinuidades administrativas que impõe o seu contexto original.

Desde 2019, acelerada pela mudança de instalações, o Museu Carlos Ritter está em crescente expansão e para que haja um melhor aproveitamento do momento de crescimento do Museu, é preciso que determinadas falhas históricas não sejam responsáveis por futuros retrocessos. Para isso, certos conceitos precisam ser discutidos institucionalmente, entre eles como obter um gerenciamento dos seus acervos para que sejam melhor usufruídos sob o ponto de vista comunicacional externo.

O planejamento museológico é essencial para o desenvolvimento museológico, pois permite que a equipe preveja e tome medidas antecipadas para lidar com qualquer imprevisto que possa surgir, além de propor atividades no âmbito do museu que despertem interesse em temas importantes para a vida na contemporaneidade, como o caso dos problemas ambientais e de sustentabilidade. Pensar também no desenvolvimento museológico é considerar que todo o museu é indissociável do lugar em que está. Dessa forma a política de acervos trabalha para o crescimento comunicacional do museu, identificando suas potencialidades e trabalhando para gerar recursos capazes de inferir assuntos contextualizados no seu tempo e contexto sem prejuízos para a materialidade dos objetos, pelo contrário, ampliando os sentidos destes.

Referências

AUGUSTÍN, Raquel França Garcia; BARBOSA, Cátia Rodrigues. **Políticas de Gestão de Acervos:** possíveis fontes de informação para tomada de decisão nos museus. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 134-154, jan./abr. 2018.

BRANDÃO, Carlos Roberto Ferreira; RAMOS, Kelli dos Santos; ULYSSÉA, Mônica Antunes; SANTOS, Álvaro Dória dos; ANDRADE, Tamires de Oliveira. *Princípios para*

a curadoria técnica do acervo entomológico do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 29, 2021.

EDSON, Gary. Gestão do Museu. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

LADKIN, Nikola. Gestão de Acervo. In: **Como Gerir Um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.